



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
SECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA E CONTROLE  
AUDITORIA-GERAL DO ESTADO**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**  
Lei de Responsabilidade Fiscal  
Relatório de Gestão Fiscal – 1º quadrimestre de 2003.

Será realizada no dia 24 de junho, às 16 h., audiência pública na Assembléia Legislativa com o objetivo de apresentar à sociedade as informações contidas no relatório de gestão fiscal, relativo ao primeiro quadrimestre de 2003. As informações mostram o desempenho do Estado neste período, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Essa prestação de contas torna possível a verificação pública do cumprimento das metas fiscais e dos limites com as despesas estabelecidos na LRF, visando a devida transparência na gestão pública.

**1-Receitas Correntes**

Comparadas ao primeiro quadrimestre de 2002, as receitas correntes tiveram um acréscimo de 20%. Esse aumento deve-se principalmente ao desempenho da arrecadação de tributos, formados por impostos, taxas e contribuições de melhoria, que cresceram 28%. Por outro lado, as transferências correntes aumentaram apenas 4%.

**2-Receitas de Capital**

As receitas de capital tiveram um acréscimo de 25% em relação aos primeiros quatro meses do ano passado. Essa variação é decorrente de novas liberações de operações de crédito, no valor de R\$11 milhões, para asfaltamento de rodovias e modernização da administração fazendária.

**3-Despesas Correntes**

Assim como as receitas, as despesas correntes também cresceram em relação ao mesmo período do ano passado. O aumento foi de 22% e seus principais componentes são despesas com pessoal e de custeio.

**3.1 Despesa com Pessoal**

As despesas totais com pessoal do período de maio de 2002 a abril de 2003 corresponderam a 45,1% da Receita Corrente Líquida(RCL) do mesmo período. Foi registrada pequena queda em relação ao período de janeiro a dezembro do ano passado, no qual o mesmo índice alcançou 45,5%. O limite permitido pela LRF é de 60% em

relação à RCL. A despesa com pessoal se encontra abaixo do limite legal por não estarem incluídas despesas com inativos e pensionistas pelo MS-PREV. Se considerado mais esse desembolso, o total chega a 58% da RCL.

### **3.2 Custeio**

As despesas com custeio no período de janeiro a abril de 2003 tiveram um acréscimo de 18,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, tendo como principal componente as transferências aos municípios, que foram elevadas em 28%.

Os principais gastos com custeio no período foram:

	R\$ (milhões)
Transferências aos municípios (ICMS, IPVA)	167,5
Contribuição MS-PREV	13,7
Atendimento médico, hospitalar e odontológico	8,3
Bolsa-escola	7,8

### **4-Dívida**

O montante da dívida estadual de abril de 2003 é de R\$5.441 milhões, correspondente a 3 vezes a RCL. De acordo com a LRF, a dívida não pode ser superior ao dobro da RCL.

Contudo, o Estado ainda tem um prazo de quatorze anos para ajustar-se. Vale lembrar que a determinação de redução da dívida foi estipulada antes da LRF. Em 1998, o Governo de Mato Grosso do Sul assinou com a União um contrato de refinanciamento. Entre outros itens, foi estipulada a redução gradual da dívida, além de pesadas penalidades para eventuais atrasos de pagamento. O Estado vem cumprindo esse contrato, pagando em dia as parcelas mensais.

### **5-Déficit Previdenciário**

As receitas do MS-PREV realizadas nestes primeiros quatro meses do ano foram menores que as despesas em R\$29 milhões, déficit coberto por recursos do Tesouro.